GT – 16: Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica

A CIDADE E AS REDES SOCIAIS DE PROTEÇÃO NO CONTEXTO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE CHEFIA FEMINA

Kamilly Antunes de Assis
Universidade Federal do Espírito Santo
kamillyantuness@gmail.com

RESUMO: Este trabalho analisou as experiências espaciais presentes na trajetória de vida de mulheres que exercem a chefia familiar em arranjos monoparentais – famílias constituídas por mães e seus filhos. As redes sociais de proteção são estruturas formadas por relações sociais entre diferentes atores, como parentes, vizinhos e instituições. Refletem, nesse processo, as dinâmicas de gênero na experiência da cidade pelas mulheres e garantem alívio e proteção diante das adversidades, atuando como agências que respondem às desigualdades estruturais. O estudo parte da realização e análise de entrevistas semi-estruturadas na Região da Grande São Pedro, em Vitória/ES. No contexto estudado, essas redes se concentram principalmente na promoção do cuidado infantil e na questão habitacional, refletindo a interdependência entre as condições de vida e as relações socioespaciais na cidade.

Palavras-chave: Monoparentalidade feminina; Geografia e Gênero; Famílias e Espaço Urbano

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da pesquisa de mestrado intitulada “Tudo é mãe: geografias do cotidiano de mulheres chefes de famílias monoparentais na região da Grande São Pedro em Vitória/ES”, que analisou as experiências espaciais presentes na trajetória de vida de mulheres que exercem a chefia familiar em arranjos monoparentais – famílias constituídas por mães e seus filhos. Na formação das famílias brasileiras, a chefia familiar e a monoparentalidade femininas são fenômenos que convivem num sistema de rupturas e permanências em relação a aspectos que são da ordem da dimensão de gênero e tensionadas por outros marcadores sociais que atravessam a existência das mulheres em relação a dimensões de classe, raça e geração.

Esta pesquisa traz à tona um conjunto de práticas e ações que mulheres realizam para garantir a reprodução da vida cotidiana de suas famílias. A lente analítica representada pela dimensão geográfica do estudo, compreende que tais práticas e ações apresentam uma espacialidade intrínseca. A análise das trajetórias de vida de mulheres chefes dessas famílias propõe ao tema a análise de um processo que revela não só as adversidades e os desafios estabelecidos por condições socioeconômicas desfavoráveis, mas também estratégias e agências que possibilitam a adaptação e a reprodução da vida cotidiana, centralizada em especial na questão da criação dos filhos.

Isso posto, este trabalho se insere na fronteira dos campos de estudos da Geografia da Família e Geografia e Gênero, compreendendo as complexidades das relações sociais e estruturas de apoio que sustentam as famílias monoparentais. Essas ações são consideradas na constituição de estruturas de redes sociais que incluem redes de solidariedade, apoio ou, como será denominado neste estudo, de proteção. A compreensão das famílias monoparentais de chefia feminina como mais suscetíveis a pobreza no contexto urbano, estabelece uma forte associação entre essas famílias, as mulheres e a formação de tais estruturas.

O trabalho de campo, que incluiu a realização de entrevistas semi-estruturadas com mulheres que protagonizam esta configuração familiar, foi fundamental para o encontro com narrativas que expressam as nuances que permeiam o cotidiano e o exercício da chefia familiar na região da Grande São Pedro, no município de Vitória, no estado do Espírito Santo. A abordagem metodológica adotada se baseou na elaboração e análise de um roteiro de entrevista organizado por meio de categorias socioespaciais que estão presentes ao longo da trajetória de vida das sujeitas a partir da entrada na chefia familiar, entre elas a formação de redes sociais de proteção.

As redes sociais de proteção são definidas como estruturas formadas por relações sociais constituídas por diferentes atores, mais comuns entre parentesco, vizinhança e institucionais. Se materializam pelo espaço, na medida em que emergem da espacialidade intrínseca ao exercício da chefia familiar ao longo da trajetória de vida das mulheres. Essas redes, quando existem, o fazem de modo a garantir alívio e proteção diante de adversidades em que essas mulheres estão inseridas, funcionando como agências que respondem as condições estruturais de desigualdades. No contexto estudado, as redes sociais de proteção se formam principalmente em função da promoção do cuidado infantil e na questão habitacional, refletindo a interdependência entre as condições de vida e as relações socioespaciais na cidade.

Dinâmicas relacionadas à produção e reprodução do espaço urbano na esfera cotidiana se apresentam de modo a facilitar ou impedir o desenvolvimento dessas relações de apoio e proteção. A ausência de relações sociais de solidariedade, formadas por parentes ou vizinhança, pode levar as mulheres a recorrer a iniciativas estatais, como instituições e projetos sociais, que muitas vezes são insuficientes para atender às suas necessidades, atravessadas por uma intensa mobilidade e uso do tempo quando precisam conciliar as esferas produtivas e reprodutivas. Ainda, a tensão entre a busca por autonomia e a dependência de redes de apoio é um tema central que permeia as narrativas dessas mulheres, refletindo as complexas interações entre gênero, classe e espaço.

A partir da análise das redes sociais de proteção, pretende-se contribuir para o debate sobre a promovendo uma reflexão crítica sobre as políticas sociais e a necessidade de um compromisso coletivo em prol da justiça social e da igualdade de gênero em relação a reprodução da cidade. Essa abordagem permite compreender como os desdobramentos desta escala, impactam significativamente as experiências cotidianas de mulheres que são chefes de famílias monoparentais.

2. FAMÍLIAS, GÊNERO E ESPAÇO URBANO

É no centro das relações íntimas que as famílias realizam, que este grupo demonstra sua força na compreensão de dinâmicas sociais mais amplas. Como um sistema que opera em uma multiplicidade de configurações e significados possíveis (MOREIRA, 2016), construído por relações de afeto, conflitos e hierarquias, este grupo social se estabelece como tema e categoria que protagoniza estudos em diferentes áreas das ciências humanas. Analisar as famílias na

Geografia, significa compreender que aspectos relacionados a existência e a manutenção deste grupo é frequentemente marcado por dinâmicas socioespaciais que articulam as esferas individuais e coletivas. Sobre essas ações que ocorrem pelo espaço, caminham as investigações que consolidam a formação do campo da Geografia da Família (MARTINS, 2022).

Nesse percurso, das relações familiares emergem fatores significativos para que os indivíduos reproduzam a vida cotidiana, influenciando suas agências sobre condições estruturais – sociais, econômicas e políticas – e seus desdobramentos espaciais. A organização e a distribuição deste grupo em relação a cidade consideram as condições de acesso a emprego, estudo, lazer, moradia, dinâmicas comunitárias, entre outros aspectos. Essas relações socioespaciais apresentam impactos diferenciados para cada membro da família, seja na manutenção ou nas rupturas dessas dinâmicas.

Cada indivíduo que está vinculado a uma configuração familiar, responde a este grupo por meio de um conjunto de papéis esperados. Tais papeis variam e se reconfiguram ao longo da vida (VALENTINE, 2008) e são tensionados em relação a um conjunto de marcadores sociais, como classe, gênero, raça e geração. De maneira hegemônica, ao logo do tempo, o conhecimento geográfico consolidou a perspectiva da produção do espaço a partir de agentes universais, abstratos e homogêneos (SILVA, 2009; DA SILVA, 1998;2009), consequentemente ocultando os impactos que tais marcadores sociais apresentam no pensamento espacial, a partir da experiência espacial dos sujeitos, ao mesmo tempo em que é diferencialmente reproduzido nessas circunstâncias.

A partir dessa problemática, as críticas feitas pelos estudos de gênero na Geografia aprofundam novas concepções sobre as abordagens e reflexões espaciais pela disciplina. Incorporar o gênero como categoria de análise nesse campo, o compreende como uma categoria socialmente construída, cujo os significados se estabelecem relacionalmente, especialmente na distinção de papéis sociais reproduzidos por homens e mulheres (GARCIA-RAMON, 2006).

Quando estes papeis são compreendidos a partir da posição que ocupam nas famílias, para as mulheres a reprodução da vida cotidiana é marcada por um espectro de desigualdades. Os conflitos entre trabalho pago e trabalho doméstico, a esfera da maternidade e do cuidado com os filhos são questões que mobilizam os estudos de gênero e família, e representam de que modo as relações de gênero no espaço da família atravessam as demais esferas da vida social das mulheres e como suas espacialidades se dão definidas dentro desse contexto relacional,

frequentemente compreendidas sob a luz da dicotomia entre o espaço público e o espaço doméstico.

Na agenda temática dos estudos de gênero na Geografia, desenvolvidos amplamente no Norte Global, o contexto urbano recebeu significativa atenção. Entre os desdobramentos, destacam-se as questões relativas aos impactos da conciliação das esferas produtiva e reprodutiva na vida das mulheres em termos de mobilidade e habitação (BOWLBY, 1990; JARVIS, 1999), a importância do desenvolvimento de políticas sobre o cuidado infantil (MCKIE, BOWLBY; GREGORY, 2001) e a distribuição desigual das oportunidades econômicas para elas, moldando e restringindo suas espacialidades. Os estudos sobre mobilidade e gênero destacam essas problemáticas (PRESTON, MCLAFFERT; HAMILTON, 1993).

No caso das famílias brasileiras, as especificidades produzidas em contextos de classe e raça, bem como as marcas da precária inserção das mulheres no mercado de trabalho e a alta informalidade, são fatores que tensionam os aspectos da mobilidade, na medida em que se relacionam com a localização e acesso a moradia, o tipo de trabalho remunerado exercido e sua distribuição na cidade. São acrescidas a este cenário situacional e localizado, as configurações familiares em que as mulheres se inserem. A perspectiva econômica da produção do espaço urbano e a dimensão do mundo do trabalho na vida das mulheres foram analisadas considerando a reprodução dos papéis sociais das mulheres dentro da esfera familiar, como mães e esposas. Quando assumem ainda a posição da chefia familiar, tais problemáticas possuem especial desdobramento.

Pelo cotidiano se consolida a força da dimensão do trabalho produtivo remunerado na vida das chefes, por um lado enquanto meio e condição para gerenciarem economicamente seus domicílios; e por outro em termos do uso do tempo que ainda se dá sob conciliação de demandas relacionadas ao trabalho doméstico não remunerado. A análise sobre as mobilidades cotidianas, que se estabelece como desdobramento das duas dimensões, caracteriza o tipo de experiências espaciais que caracteriza a relação das mulheres com a cidade e o bairro.

Nesse contexto, a presença ou ausência de redes sociais de proteção firmadas por relações de parentesco, de vizinhança ou institucionais configuram estruturas que amenizam as dificuldades geradas pelo contexto de sobrecargas impostas pelas necessidades da chefia.

3. AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE CHEFIA FEMININA E AS REDES SOCIAIS DE PROTEÇÃO

Em uma breve contextualização, a origem do conceito “chefia familiar” possui raízes mais longínquas e atreladas a formação da sociedade patriarcal em sua base, em que aos homens mais velhos era designado o poder sobre os demais membros da família. A figura do “chefe de família” apresenta atribuições sociológicas e demográficas. De um lado, o termo assumiu a definição sobre as famílias nucleares, modernas e tradicionais, de modo a posicionar os homens como principal ator da provisão (especialmente financeira) familiar. De outro, se conformou por muitos anos como marcador da pessoa de referência nos recenseamentos demográficos.

A identificação do crescimento das famílias chefiadas por mulheres nos últimos anos, se dá sobretudo ao contexto das famílias nucleares, formadas por casais com ou sem filhos. Representam nesse cenário uma reconfiguração importante das dinâmicas familiares, principalmente das famílias nucleares. Se conforma como um fenômeno em que tal posição, de responsabilidade, gestão e provisão está associada as mulheres numa ruptura atravessada por avanços e permanências relacionadas às dinâmicas de gênero na sociedade. (CAVENAGHI; ALVES, 2018)

No contexto das famílias brasileiras, a chefia familiar feminina convive entre o crescimento no âmbito das famílias nucleares e numa manutenção desigual quando relacionadas às famílias monoparentais, formadas por apenas um genitor e os filhos. De modo que podemos afirmar que entre os domicílios monoparentais, estes se apresentam formados majoritariamente por mães e seus filhos.

De acordo com dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE), por meio de dados da Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílio, em 2022, os arranjos monoparentais de chefia feminina correspondiam a 11 milhões de famílias. No terceiro trimestre de 2022 as famílias monoparentais com filhos de chefia feminina compreendiam 14,7% entre as demais tipologias de arranjos domiciliares (casais com ou sem filhos, unipessoais e estendidos) que representam a organização das famílias brasileiras; enquanto os arranjos monoparentais de chefia masculina eram apenas 2,3%, o que demonstra a permanência na desigualdade da formação desses arranjos sob o ponto de vista da parentalidade, ainda mais assumida pelas mulheres do que pelos homens. Dessas famílias, as mulheres negras representavam o maior quantitativo das famílias chefiadas por mulheres no Brasil,

correspondendo a 56,5%, cerca de 21,5 milhões de famílias. Entre as famílias monoparentais, correspondiam a 61,7%, cerca de 6,8 milhões de famílias (DIEESE, 2023)

Há na literatura sobre o tema, uma já consolidada associação entre as famílias monoparentais de chefia feminina e pobreza, que se dá de modo interseccional entre as condições de gênero e raça. Este cenário é construído a partir da combinação de situações em que as mulheres apresentam baixa escolaridade, precária inserção no mercado de trabalho, obtendo menores remunerações e realizando atividades informais, estando vulnerabilizadas em relação ao mundo do trabalho. Ao mesmo tempo em que assumem sozinhas a responsabilidade doméstica e de cuidado infantil.

É importante pontuar a predominância da abordagem econômica sobre este panorama representou o fenômeno sob uma perspectiva frequentemente homogênea da realidade enfrentada pelas mulheres quando assumem a chefia familiar. Compreender os fatores relacionados a formação desses domicílios, como as mulheres a se tornarem chefes de seus domicílios, a idade em que apresentam estando nesta posição, bem como subjetividades que existem quando precisam ou escolhem esta posição, são aspectos que tensionam esta cristalização e se abrem para um contexto em que há um conjunto de ações mobilizadas pelas mulheres na direção da superação das adversidades. Nesse processo, dinâmicas socioespaciais emergem como meio e condição em relação a permanência da chefia familiar.

Por esse contexto de vulnerabilização em relação à pobreza e sob a análise do imperativo socioeconômico na gestão do domicílio, há uma significativa associação entre os domicílios monoparentais e a formação de estruturas definidas como redes – “de apoio”, “de solidariedade” ou, “de proteção”. Cujo a composição se dá frequentemente por meio de relações com outras pessoas – como parentes, embora não esteja restrita a eles – e com instituições. Essas estruturas se apresentam como ativos mobilizados pelas mulheres em torno de recursos de toda ordem para que viabilizem a reprodução da família.

Nesse processo de formação, há um conjunto de atores e relações de poder que se atravessam mutuamente. Envolvem familiares ou vizinhança; organizações comunitárias, como igrejas, ONGs e organizações sociais; e o Estado que atua sobretudo por meio de políticas públicas e programas. Incluem pessoas e laços de solidariedade, reciprocidade, mas também conflitos e negociações.

Existem três ativos que são considerados para compreender o posicionamento das famílias monoparentais em relação a vulnerabilidade à pobreza: capital físico (bens materiais, financeiro, poupança e crédito); capital humano (acesso a serviços básicos como educação e saúde); e capital social (FAVARO, 2009; BILAC, 2006). Este último se articula diretamente com a interpretação do papel das redes sociais, na medida em que se conforma como um recurso estabelecido por meio das relações de reciprocidade e ajuda entre pessoas.

Quando a solidariedade é a atuação se dá na esfera das relações comunitárias, a formação dessa estrutura é marcada pela diferenciação de gênero. As mulheres aparecem como as principais difusoras de capital social dentro da família e da comunidade (FAVARO, 2009, BILAC, 2006). Agem sobretudo como doadoras de tempo e trabalho (não remunerado) acarretando nas dificuldades em acesso ao trabalho remunerado, na medida em que se tornam responsáveis por proporcionarem nesta estrutura as ações voltadas fundamentalmente para o cuidado.

Concordando com a geógrafa Joseli Silva (2009) o processo de formação e estabelecimento das redes sociais de proteção é acompanhado de uma espacialidade intrínseca a movimentação das mulheres e uma característica da formação do espaço cotidiano feminino.

> "Essas redes se materializam nos espaços de sociabilidades locais, como a escola, a igreja e o posto de saúde (...) as ações cotidianas que reforçam os núcleos significativos das ações, crenças e relações, instituem os espaços locais (...) Ser altamente dependente das redes de solidariedade significa gerenciar relações sociais que possuem códigos particulares de trocas, nos quais a manutenção e o processamento de afetos resultam em perdas e ganhos de capital relacional, que se transfiguram em condições objetivas de vida, como uma vizinha que toma o lugar do serviço publico no cuidado com as crianças, alguma ajuda financeira e indicação para um posto de trabalho, etc (SILVA, 2009, 127)"

É na intersecção entre a objetividade com as quais as mulheres se mobilizam em função de apoio e proteção, sobretudo em contextos de ausência do Estado, em casos de necessidades e na fluidez das relações que possibilitam a obtenção de recursos de diferentes ordens, é que estão configuradas as redes de proteção existentes no contexto da chefia familiar monoparental na região da Grande São Pedro. Entre essas duas perspectivas, é possível conceber esta estrutura como mecanismo de proteção de maneira pouco engessada, imersa em contradições que consideram a combinação de valores individuais das mulheres e o que elas entendem como

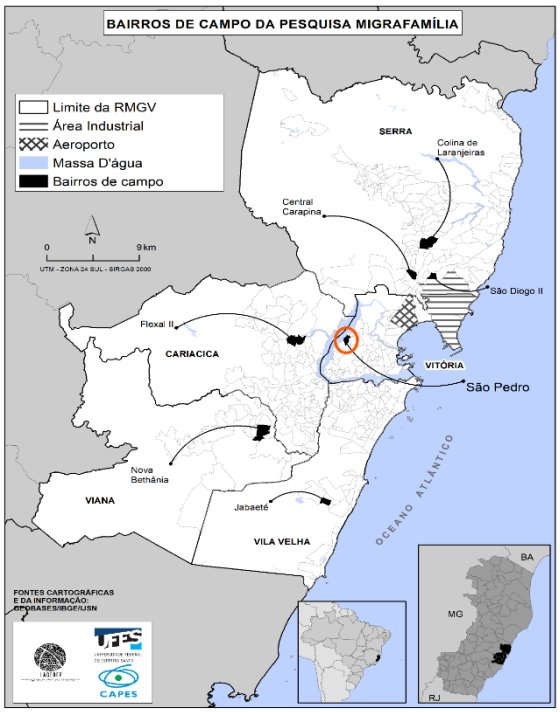
exercício da chefia e a interação coletiva como um atributo importante para a manutenção desta tipologia familiar.

4. NOTAS METODOLÓGICAS

Estre trabalho é um desdobramento da pesquisa de mestrado intitulada *"Tudo é mãe': Geografias do cotidiano de mulheres chefes de famílias monoparentais na região da Grande São Pedro, Vitória/ES"* desenvolvida na esfera do projeto *"Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório: transformações desde os anos 1990" (MigraFamília).* Tanto o projeto quanto a pesquisa individual, buscam compreender a relação entre Geografia e Família, considerando este grupo um importante agente de produção e reprodução de relações socioespaciais.

Na esfera do projeto, trabalhos de campo para aplicação de questionários qualiquantitativos foram realizados com o objetivo de elaborar um banco de dados sobre a caracterização das famílias e da mobilidade residencial no contexto da RMGV, que puderam ser analisados a partir da comparabilidade dos dados de pesquisas oficiais como os Censos e as PNADs. Buscando analisar as dinâmicas da RMGV, a aplicação dos questionários ocorreu nos bairros: Nova Bethânia, no município de Viana; Jabaeté, no município de Vila Velha; Flexal II, no município de Cariacica; São Diogo II, Colina de Laranjeiras e Central Carapina, no município da Serra, e por fim São Pedro, em Vitória.

Mapa 1. Localização dos bairros de campos do projeto MigraFamília



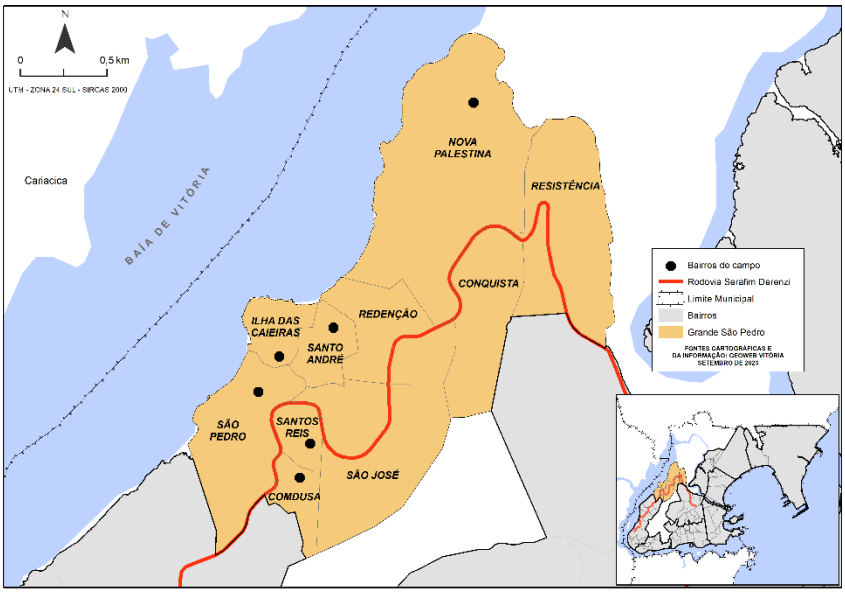
Fonte: Pesquisa MigraFamília.

A caracterização das famílias no bairro São Pedro, a partir de dados do projeto, permitiu a visualização da distribuição da chefia feminina por tipologias de arranjos domiciliares. A escolha pelo aprofundamento qualitativo que compreendeu a investigação da pesquisa de mestrado em relação ao território da Grande São Pedro foi uma combinação entre a expressividade da chefia feminina monoparental, e a possibilidade de mediações que permitiram o início dos trabalhos de campo para a realização de entrevistas semi-estruturadas.

Localizada a noroeste da Ilha de Vitória, a região da Grande São Pedro é composta pelos bairros Santos Reis, Comdusa, Ilha das Caieiras, Santo André, Nova Palestina, Redenção, Conquista, São José e Resistência. Considera-se o recorte espacial desta pesquisa a delimitação da região da Grande São Pedro, uma vez que o processo que caracterizou a realização do trabalho de campo desta pesquisa, se deu para além do bairro São Pedro, abrangendo bairros vizinhos conforme indicado no Mapa 2. Com uma intensa proximidade e interligação entre esses bairros, a região é caracterizada por uma dinâmica heterogeneidade socioespacial, com parcelas do território muito pobres e outras de áreas já consolidadas e com famílias de classe média, como é o caso do bairro Ilha das Caieiras. A região também é caracterizada pela presença de um importante polo comercial entremeando as áreas residenciais. Essa característica

conforma divergências sobre as delimitações oficiais e cotidianas, vividas pela população residente, sobre a identificação em torno da região.

Mapa 2. Região da Grande São Pedro



Elaboração cartográfica: Projeto MigraFamília

O roteiro elaborado foi composto por blocos temáticos a partir da definição de categorias e variáveis elencadas por meio do levantamento bibliográfico a saber: 1) Mobilidades e permanências residenciais; 2) Espaço Doméstico; 3) Espaço Produtivo; 4) Cotidiano; e 5) Redes sociais de proteção. O uso das categorias e variáveis permitiu compreender de que modo a espacialidade cotidiana das mulheres entrevistadas é impactada pelo exercício da chefia familiar. A redes sociais de proteção foram analisadas em relação a presença ou ausência; caracterização em relação a composição e localização em relação aos domicílios das chefes; quais tipos de ajuda (e proteção) fornecem no exercício da chefia familiar para as famílias.

Onze entrevistas foram analisadas na pesquisa. As suas idades compreenderam a faixa dos 18 aos 69 anos. Trazendo um panorama significativamente heterogêneo em relação as trajetórias de vida e em relação ao conjunto de vivências cotidianas relatadas sobre o exercício da chefia familiar. Ao mesmo tempo, apresentam profundas marcas de rupturas e permanências em relação as dinâmicas raciais e generificadas nessas trajetórias. No universo das

entrevistadas, o grupo é majoritariamente composto por mulheres negras, um cenário que se observa em conformidade como uma continuidade do observado a nível nacional em relação as famílias de chefia feminina e os arranjos monoparentais.

4. ASPECTOS DAS REDES SOCIAIS DE PROTEÇÃO NA REGIÃO DA GRANDE SÃO PEDRO, VITÓRIA/ES

O processo de formação das redes sociais de proteção, decorrem de um dinamismo que surge em resposta a necessidades específicas no momento de entrada na posição da chefia familiar, e se transformam ou permanecem ao longo da permanência e do exercício da chefia. Tais necessidades podem incluir suporte emocional, financeiro e social e não são estáticas, elas se transformam ao longo do tempo à medida em que circunstâncias da vida em família se altera; o crescimento dos filhos, a entrada e saída de membros da família, mudanças de emprego entre outros aspectos notados no contexto estudado. Tais mudanças, modo constante reposiciona os atores sociais que constituem esta estrutura ao longo da vida das mulheres.

Analisando a trajetória de vida das chefes, a habitação surge como necessidade prioritária para a formação dos domicílios monoparentais, uma vez que os sentidos que perpassam assumir a chefia familiar estão também atrelados a dimensão material e simbólica da manutenção da casa. Nesse processo, a mobilização das relações de redes sociais de proteção, visam a garantia deste recurso, seja ele mediante o pagamento de aluguel ou a obtenção da moradia própria. Foi observado que as mulheres mais jovens apresentam uma dependência maior na obtenção deste recurso – sobretudo na ausência de relações conjugais anteriores a formação dos domicílios monoparentais – e por isso a figura de pais e mães se apresentam como os atores que constituem suas redes sociais de proteção. As trajetórias de Dora e Patrícia são representativas desta constatação.

Dora vivia sozinha com a filha de dois. Se tornou mãe aos 16, em uma relação que – como conta - terminou antes mesmo de saber que estava grávida. Por isso nunca estabeleceu união conjugal coresidente, e o pai de sua filha só manteve contato ao longo dos primeiros meses de nascimento da filha. Quando conversamos, estavam morando há poucos meses na casa que ela conseguiu alugar, depois de conseguir o emprego como atendente de uma lanchonete. Antes disso, vivia em outra casa com os pais e o irmão, no mesmo bairro e a poucos metros da então atual residência.

> (....) eu não ficaria morando com eles [os pais]. Porque morando sozinha eu tenho a minha privacidade, cuido dela do jeito que eu quiser, sem ninguém ficar se intrometendo. Aí eu acho melhor. Morar sozinha, só eu e ela. Dá pra eu criar ela do jeito que eu quiser, sem ninguém se intrometer (...) Eu tô esperando o dinheiro da outra empresa sair, ai eu vou sair daqui. *Que minha mãe tem uma casa e aí ela me deu. E só falta reformar. Aí eu vou sair do aluguel e vou ficar na própria.* O dinheiro tá pra sair, tem uma próxima audiência agora em agosto. Tem que ver o valor que vai ficar lá pra sair. *Aí eu vou reformar e vou sair daqui*." (Dora, 18 anos, solteira).

A trajetória acima é de Conceição, morava com os cinco filhos na data da entrevista. Na ocasião, sua filha mais velha tinha apenas 13 anos. Este é um arranjo em que a monoparentalidade se torna mais adversa, em razão da presença de maior número de dependentes da chefe (BILAC, 2003; APARÍCIO; DE FARIAS, 2019). Quando o pagamento da pensão existe num contexto de dependência, como quando as mulheres não possuem uma renda fixa e estável garantida por meio do trabalho ou de auxílios, este aspecto se torna mais grave. O dinheiro neste caso constrói para os homens uma possibilidade de exercício de poder sobre as mulheres e os filhos. Por isso, apesar das dificuldades econômicas que Conceição reforça ter enfrentado sobretudo no início da separação, tornar-se financeiramente independente – e isso inclui abdicar da pensão alimentícia – é uma das estratégias de proteção que considerou necessário, principalmente quando este contato levou a conflitos e episódios violentos.

Para sair do aluguel, Dora pretendia reformar a casa construída pela mãe. Ao buscar este recurso por meio de outras relações sociais permitam o processo de aquisição de uma casa própria, como cita Dora o caso da casa cedida pela mãe, pode ser considerada uma das estratégias que compõem o exercício da chefia familiar. É o que aparece também na trajetória de Patrícia que também possui na figura da mãe o apoio que precisou para conseguir financiar a casa própria, onde estava vivendo quando conversamos.

Com 26 anos, Patrícia estabeleceu uniões conjugais com os pais de suas duas filhas (de dois e seis anos). A última separação, refletiu na impossibilidade de pagar sozinha pelo aluguel. Na data da entrevista, Patrícia trabalhava como vendedora de produtos para salão de beleza, possuindo uma remuneração instável, decorrente da imprevisibilidade de conseguir realizar as vendas diárias.

> Eu evito pegar o telefone e falar "Mãe, to precisando disso". Porque minha mãe me ajuda em tudo. *Tipo, ela tem a casa dela própria, ela ta pagando a minha pra me*

> *ajudar. Ela falou "Olha, to te dando a sua casa!"*. A que eles estão morando agora é do meu irmão. *Então ela tá preparando a nossa vida. Então eu tento não depender*. Meu irmão também. Meu irmão é tranquilo. Se eu precisar de um leite, ele tá ali. Se eu precisar de qualquer coisa ele tá ali. Eles são muito presentes. Eu acho que a parte que é mais presente mesmo é a minha família, que é eles. Minha mãe, meu padrasto e meu irmão. (Patrícia, 26 anos, solteira)

Quando Patrícia afirmou que tenta *não abusar* dos pais em relação aos pedidos de ajuda ou Dora quando afirma que não continuaria morando com os pais por uma necessidade de criar a filha com maior autonomia, elas revelam características importantes sobre as negociações e os valores que participam da formação das redes de proteção, quando estas são firmadas nas condições de reciprocidade e obrigações que existem como condição para a formação das estruturas de apoio. De chefe e autoridade em seu domicilio, quando precisam da ajuda aos pais, ela retorna ao papel de filha e membro com uma característica mais passiva dentro da dinâmica familiar. Por isso, Patrícia recorre ainda a figura do irmão, quando precisa de ajuda para outros recursos, como alimentação.

Os limites entre a necessidade de individuação e a percepção de que não possuem apoio algum para exercerem a chefia familiar, é muito tênue. Essa primeira reação a sugestão de outras figuras como elemento de segurança e êxito no exercício da chefia familiar, é mais um indicativo da imposição da autonomia da mobilização de seus esforços do que, de fato, a ausência de outros atores com quem podem receber algum tipo de apoio. Esses achados revelam características importantes no que diz respeito às redes de proteções quando são firmadas no contexto da reciprocidade e das relações de parentesco. Ao mesmo tempo que existem enquanto forma de oferecer proteção, são instáveis e mais flexíveis.

O mesmo aparece quando o auxílio é relacionado as dinâmicas de cuidado infantil. De modo geral, o auxílio com o cuidado infantil é mais emergencial nas seguintes circunstâncias: quando há a ausência completa da participação masculina no compartilhamento das responsabilidades com a criação dos filhos; quando os filhos estão em idade pré e escolar (dos 6 aos 14 anos) e as mulheres trabalham fora de casa.

A chefe Berenice tem 47 anos e é mãe de três filhos. Vivia com os dois mais novos: um rapaz de 19 anos e uma menina de 12. Na data da entrevista, realizava trabalhos remunerados de maneira esporádica, como faxineira, aos finais de semana, e buscava complementar a renda como revendedora de lingeries. Ela conta que os parentes mais próximos, moram no Rio de

Janeiro. Por isso, construiu laços de parentesco com as mulheres da família do pai de sua primeira filha, com quem teve a primeira de duas uniões conjugais que estabeleceu em sua trajetória.

> "Eu tenho uma rede assim de apoio que eu falo que é a família da minha filha mais velha, que é como se fosse a minha família. A família que eu falo assim de vó, tias… A família do pai da minha filha, não tem? Que são as irmãs, a avó. Então eles, os meus filhos, sempre foram tratados e criados do lado deles. Então eles tratam os meus filhos, que não é parente de sangue como se fosse de sangue deles. Então assim, ah, eles vão pra lá, passar férias, dorme… Eu sou tratada como se fosse irmã. Meus filhos são presenteados, são tratados como sobrinhos mesmo. E elas a gente vive como se fosse irmã. De preocupação… Só que elas moram em Vila Velha. Elas moram em Aribiri. (...) Aí elas falam bem assim "Ah você tem que se mudar pra cá". Mas eu tenho esse negócio, né. Esse negócio de escola, de tá ligada de… sabe? Eu não quero assim, morar…tudo é em torno da minha menina mais nova. Se eu morar em um lugar onde vai ser difícil acesso de escola, porque eu sei que lá é, aqui a gente não tem problema com escola, com posto de saúde, com nada. Eu sei que em Vila Velha, a gente vai ter, né? E geralmente quando tem criança, né. Não tem muita coisa perto, muito acesso as coisas, igual a gente tem aqui em Vitória. Mas a única rede assim de apoio que eu tenho é elas." (Berenice, 47 anos, casada)

Possuindo grande disponibilidade de estar em casa, o auxílio para o cuidado com os filhos aparece de forma esporádica e tem como preocupação central a filha mais nova. Em seu relato, a consideração e a valorização dos filhos por parte das mulheres que são da família do seu antigo relacionamento, se fortaleceu como ação que garantiu a confiança para que ela as recorra enquanto pessoas capazes de prestar suporte e apoio. Realizar uma mobilidade residencial para outro município, para estar diante dessas relações, no entanto, não se configura fator suficiente diante do comprometimento com outros serviços como saúde e educação, para a filha mais nova. Aqui ao mesmo tempo que o cuidado é necessidade, quando oferecidas no contexto territorial se torna condição para que possam permanecer ou se deslocar no contexto urbano.

Nesses casos, surgem de forma mais evidente, a participação da comunidade, com recursos financeiros e com o cuidado infantil. Isso posto, as estruturas das redes sociais de proteção quando firmadas sob as relações afetivas, solidárias e de reciprocidade são mais flexíveis e apresentam dimensões espaço-temporais que consideram as escalas das relações tecidas no âmbito da comunidade e da cidade.

Há nessas circunstâncias o fortalecimento das relações de vizinhança mediante a impossibilidade da participação de parentesco na configuração das redes sociais de proteção. A relação entre vizinhas – majoritariamente outras mulheres – aparece quando não é possível ter o apoio da família de sangue. É preciso ressaltar que, em alguns casos, é deste núcleo que as

mulheres são rejeitadas quando engravidam ou se separam de relações conjugais e precisam assumir a maternidade sozinhas.

> Menina, se for contar…alguns vizinhos são mais família, mais presente, do que parente. Tem uma senhorinha que mora aqui na rua de trás, eu chamo ela de "titia". Ela mora aqui na rua de trás. Tem a minha comadre que me ajuda bastante também com as crianças. Igual essa semana, ela me deu um leite pra neném, que faltou. E a minha amiga aqui, que a gente tá fazendo a alimentação aqui agora porque tá sem gás lá em casa. A gente desce, almoça, de noite ela faz a janta, eu levo na vasilha, porque a gente tá sem gás lá. A titia eu tenho uma gratidão enorme. Porque quando eu precisei viajar, porque a minha mãe faleceu. A minha mãe morava aqui, em Pedro Canário e foi pra Bahia. E aí lá ela faleceu… foi feminicídio… Foi muito difícil. Aí, eu precisei viajar e ela ficou com meus filhos, eu não levei nenhum deles. Ela ficou com todos os meus filhos. Eu fiquei três dias fora. A minha neném recém nascida…" (Conceição, 37 anos, solteira)

O cenário relatado por Conceição, é demonstrativo do fortalecimento das relações de vizinhança quando há conflito na esfera familiar. Na data da entrevista, vivia sozinha com os cinco filhos e sustentava a família por meio da atividade como marisqueira. Conversamos enquanto ela realizava o trabalho, na companhia das filhas mais velhas, e junto da amiga que menciona no relato anterior. Há uma coletividade inserida no contexto desta atividade produtiva que media esses laços de solidariedade e proteção, por meio de trocas de favores e auxílios de múltipla ordem, como mencionado pela chefe - e entre eles o cuidado infantil.

Mas, ainda neste cenário, a disponibilidade para tomar conta dos filhos de amigas e vizinhas é uma relação que depende necessariamente de uma combinação dos ritmos cotidianos das chefes entrevistadas. Quando, não raro, a quem se recorre ajuda é também outra mulher que se encontra na posição da chefia familiar e da monoparentalidade, a proteção e auxílio fica suscetível a disponibilidade da outra. Nesse caso, a imprevisibilidade da disponibilidade para o cuidado infantil, faz com que este apoio em particular se consolide de maneira menos rígida. Pedir a vizinha para "dar uma olhadinha", apareceu como uma das configurações que caracterizam a possibilidade de ajuda para algumas das chefes.

Berenice mencionou que costumava pedir ajuda a Tereza – outra chefe também entrevistada durante a pesquisa. Como viveram em casas muito próximas, os filhos de Berenice e Tereza cresceram juntos, fazendo com que Berenice recorresse a Tereza eventualmente para cuidar deles, e vice-versa. Mas a separação de Tereza e sua entrada na chefia familiar, alterou a dinâmica da família reduzindo esta disponibilidade ao longo dos anos. Além disso, os dois

filhos de Tereza são crianças com necessidades especiais. Por isso a semana da chefe é organizada em função do cumprimento de compromissos de saúde dos filhos.

> "Menina, quem me dava essa ajuda era Tereza. Só que hoje, eu acho que não posso mais é… Eu confio nela para poder cuidar, só que tipo assim, hoje ela já tá tão assim, atarefada… com os problemas dos meninos dela, né? De… de levar né, na APAE, essas coisas todas… que aí eu não quero mais, entendeu? Pedir essa ajuda. Que assim, ela gosta, ela ama meus meninos, porque desde pequenos eles fica junto. . Mas também tem a questão emocional dela também, da casa e dessas coisas todas. Então agora quando eu preciso assim, eu dou os meus jeitos. Eu levo e quando eu precisar mesmo…" (Berenice, 47 anos, casada)

> "Às vezes é raro eu ficar dentro de casa! Vivo mais andando. As vezes tem que resolver um negócio aqui, tem que resolver um negócio ali... Igual assim: durante a semana eu saio com eles para a APAE. Aí o único dia da semana que eu tenho pra mim é na sexta feira e quarta. Que também é pra resolver os outros problemas, se tiver que ir num médico, se tiver que cuidar das coisas deles mesmo… Os outros dias tudo é correria na APAE. Na sexta e na quarta é pra resolver as outras coisas. Igual, passe livre dele, tem que ir lá pegar no cartão dele. E o dela é a mesma coisa. Pra mim até pra me consultar as vezes é difícil. Eu peço a Deus para não ficar doente. Só em caso mesmo, que as vezes se tiver ruim, aí eu vou pro médico. Fora disso, é mais pra eles mesmo os meus tempos. (Tereza, 43 anos, solteira)

Também por causa dos filhos, Tereza deixou o trabalho com vínculo formal que tinha como zeladora – foi demitida após uma série de episódios relacionados a necessidade de cuidar das demandas de saúde dos filhos. Desde então, é revendedora de cosméticos e eventualmente realiza trabalhos como marisqueira, pegando caixas de mariscos com as amigas e vizinhas, quando precisa complementar a renda da família. A maternidade como um aspecto que define o ritmo do cotidiano das chefes também possui circunstâncias mais complexas do que o outras, complexificando também o debate em torno da formulação de políticas e assistências que que contemplem de maneira mais ampla o cuidado infantil, levando em consideração a conciliação dos ritmos espaciais definidos pela necessidade do trabalho de cuidado e a oferta de serviços de acolhimento e cuidado infantil. (BOWLBY, 1990)

A urgência de políticas territoriais que considerem as redes sociais de proteção se dá na direção de considerar a instabilidade e flexibilidade do seu estabelecimento na esfera das relações. Acesso a habitação, serviços de saúde, educação e lazer são dispositivos que caracterizam em muitas esferas as experiências das mulheres em relação ao espaço urbano: possui impacto sobre o processo de tomada de decisão da mobilidade residencial, a escolha e a sua falta no contexto habitacional, bem como a definição dos ritmos da mobilidade cotidiana. A relação que as mulheres estabelecem com a cidade se torna uma extensão de atribuições do

trabalho reprodutivo que se dá na esfera da família e do espaço doméstico. Isso necessariamente implica em pensar a produção da cidade sob a perspectiva de gênero.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises da Geografia sobre o conjunto de práticas e seus significados na construção dos sentidos da chefia familiar feminina, além de compreender de que modo o espaço urbano é experienciado de maneira diferenciada para as mulheres, tensionam as análises que homogeneízam o fenômeno da chefia familiar feminina e restringem as características e fatores de formação a indicadores econômicos. Analisar a formação das redes sociais de proteção, nesse contexto, afirma um conjunto de outras necessidades que acompanham a reprodução da vida cotidiana de mulheres e suas famílias, entre elas, as que perpassam a produção do espaço urbano e se materializaram – nesse contexto – sob a perspectiva habitacional e do cuidado infantil.

Essa dependência de recursos externos evidencia a fragilidade das redes de apoio e a necessidade de um olhar mais atento às políticas públicas que concentrem sobre esse contexto. Politicas territoriais voltadas para fortalecer as estruturas de redes sociais de proteção devem ser pensadas em conjunto de dinâmicas que envolve o exercício da chefia familiar e da monoparentalidade, em que a dimensão do cuidado se dá de modo a sobrecarregar as mulheres cotidianamente. Para tanto, admite-se o enfoque interseccional de múltiplas dimensões que afetam suas vidas e a importância de congrega-los para a formulação de intervenções eficazes que promovam justiça social.

5. REFERÊNCIAS

APARICIO, Cimar Alejandro Prieto; DE FARIAS, Luiz Antonio Chaves. A Geografia das famílias nas metrópoles brasileiras nos anos 2000. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB, v. 1, p. 450-466, 2019.

BILAC, Elisabete Dória. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

BILAC, Elizabeth D. Estruturas familiares e padrões de residência. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

BOWLBY, Sophie. Women, work and the family: control and constraints. Geography, v. 75, n. 3, p. 17-26, 1990.

DA SILVA, Susana Maria Veleda. A perspectiva feminista na geografia brasileira. Geografias Subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades, p. 300-313, 2009.

DIEESE. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. Boletim Especial. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

FAVARO, Carla Sabrina. Ser pai e mãe ao mesmo tempo: organização doméstica, estratégias familiares e redes sociais de mulheres chefes de domicílios monoparentais. Campinas, SP: [s.n.], 2009

JARVIS, Helen. The tangled webs we weave: household strategies to co-ordinate home and work. Work, Employment and Society, v. 13, n. 2, p. 225-247, 1999 JARVIS, Helen. The tangled webs we weave: household strategies to co-ordinate home and work. Work, Employment and Society, v. 13, n. 2, p. 225-247, 1999.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Geografia da família, aspectos teóricos e abordagens qualitativas: uma introdução. Geografares, n. 34, 2022.

MCCALLUM, Cecilia; BUSTAMANTE, Vania. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 16, n. 2, p. 221-246, 2012.

MOREIRA, Marianna Fernandes. Vidas em trama: geografias da família de mulheres sem-teto. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PRESTON, V.; McLafferty, S.; HAMILTON, E. The impact of family status on Black, White, and Hispanic women's commuting. Urban Geography, v. 14, n. 3, p. 228-250, 1993.

SILVA, Joseli Maria. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

VALENTINE, G. (2008), The Ties That Bind: Towards Geographies of Intimacy. Geography Compass, 2: 2097-2110.